

Repensando a prática pedagógica do museu

Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Doutor em História Social pela USP

Introdução

Neste artigo, pretendemos responder à questão que consideramos crucial para os museus, qual seja, como levar o visitante a ser elemento participativo, estimulando uma constante recriação intelectual, crítica e reflexiva (SANTOS, 1990: 67), quando de sua visita ao museu.

Para tanto, ao longo do texto tentamos responder aos seguintes questionamentos: Para que servem os museus? É possível se educar no museu? Por que é restrito o número de pessoas que afluem aos museus? Existe nos museus um trabalho sistematizado, com metodologia e filosofia definidas? Com quem estão comprometidos os museus? Por que o caráter sacrossanto e de imobilidade prevalece ainda hoje nos museus? É possível transformar os museus num espaço dinâmico? Ao respondermos a essas questões, certamente chegaremos à conclusão de que é necessário construir uma nova museologia e um novo museu. Aliás, esta tem sido a tônica das preocupações dos atuais técnicos da área, pois a sociedade de hoje cobra mudanças na atuação dos museus. Nesse sentido, a interação museu-comunidade-escola faz-se imprescindível. “Não podemos mais conceber museu como algo dissociado do cotidiano das pessoas, da realidade que o cerca” (FRANCO, 1990:18).

Definindo museu

O que é museu? O que as pessoas entendem por museu? Durante os oito anos em que trabalhamos no Museu Solar Monjardim da Universidade Federal do Espírito Santo, desenvolvendo ações educativas, foi com habitual freqüência que obtínhamos as seguintes respostas por parte dos escolares antes de visitarem aquela instituição: “uma casa velha cheia de coisas”, “o lugar onde se guardam coisas antigas”, “o lugar onde estão guardadas coisas que pertenceram aos nossos bisavôs e avôs”. Será que se fizéssemos esta mesma pergunta aos adultos, não obteríamos as mesmas respostas? Acreditamos que sim.

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) define museu como toda instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa e expõe coleções de caráter cultural ou científico para fins de estudo, educação e entretenimento.

Para Marlene Suano, o termo museu “se refere a uma coleção de espécimes de qualquer tipo e está, em teoria, ligada com a educação ou diversão de qualquer pessoa que queira visitá-la” (SUANO, 1986: 10).

Histórico

Embora a instituição museu tenha recebido este nome na Grécia antiga, se analisarmos ao longo dos tempos, veremos que a instituição museu passou ao longo dos séculos por transformações.

Na Grécia antiga, encontramos a palavra *mouseion*, templo das musas, onde eram guardados objetos preciosos, oferecidos às divindades. “Os latinos denominavam *museum* ao gabinete ou sala de trabalho dos homens de letras e ciências” (BARROSO, 1951 :5). No século II a. C., Ptolomeu, em seu palácio em Alexandria, designava museu ao conjunto de anfiteatro, biblioteca, observatório de trabalho e estudos, jardim botânico, coleção zoológica, onde se reuniam os sábios da época, cuja principal preocupação era o saber enciclopédico (SUANO, 1986: 11).

Os museus começam a se constituir a partir do interesse do homem em formar coleções de objetos. A necessidade e o desejo de formar tais coleções foram diversificados, ora como fator de requinte, ora como forma de evidenciar força, poderio, assim como demonstrar fineza, educação e bom gosto.

Na Idade Média, com a ascensão do Cristianismo, os mosteiros e igrejas acumularam preciosos conjuntos artísticos, formando suas coleções.

Na Europa renascentista, exacerba-se o gosto por colecionar. Preciosas e esplêndidas coleções são formadas nos palácios reais. Proliferam os gabinetes. A rivalidade entre as famílias gera o surgimento de coleções, cada uma querendo demonstrar mais poder e refinamento que a outra. Essas coleções “vão dar origem à instituição museu que conhecemos hoje” (SUANO, 1987: 21). Quanto ao acesso a tais coleções, era altamente restrito a essas famílias e às pessoas bem próximas delas.

Apesar de, nos séculos XVI, XVII e XVIII, o número de coleções ter aumentado consideravelmente e de as mesmas terem sido abertas ao público, não podemos dizer que esta instituição estivesse a serviço de toda a comunidade, uma vez que essa visita não era facultada a todas as pessoas. Em geral, era restrita a universitários, especialistas, artistas, elite governante, estudiosos. O povo em geral, analfabeto, a ela não tinha acesso. Acreditava-se que o povo não tinha condições de entender ou não conseguiria contemplar tais preciosidades, pensava-se que o comportamento do povo era desrespeitoso, quando de suas visitas a essas coleções. Tal fato pôde ser bem ilustrado, quando da publicação feita por Sir Ashton de Alkington Hall em jornais ingleses do século XVIII:

Isto é para informar ao Público que tendo-se cansado da insolência do Povo Comum, a quem beneficie com visitas a meu museu, cheguei à resolução de recusar acesso à classe baixa, ex-

ceto quando seus membros vierem acompanhados com um bilhete de um Gentleman ou Lady de meu círculo de amizades. E por meio deste eu autorizo cada um de meus amigos a fornecer um bilhete a qualquer homem ordeiro para que ele traga onze pessoas, além dele próprio, e por cujo comportamento ele seja responsável, de acordo com as instruções que ele receberá na entrada. Eles não serão admitidos quando Gentlemen e Ladies estiverem no museu. Se eles vierem em momento considerado impróprio para a sua entrada, deverão voltar em outro dia (SUANO, 1986: 27).

Com o advento da Revolução Francesa, abre-se definitivamente o acesso público às coleções, e os palácios da aristocracia são abertos à visitação. O Louvre é o primeiro museu aberto   visitação pública, em 1793. Daí em diante, espalham-se museus pela Europa e Estados Unidos da América do Norte. Apesar disto, a visitação a essas instituições continuou sendo restrita, face ao elevado preç o do ingresso, com exceção para os museus norte-americanos, que em geral franqueavam ao público a visitação às suas coleções.

Na América do Sul, os primeiros museus abertos   visitação pública foram o da Escola Nacional de Belas Artes e o Museu Nacional (no Rio de Janeiro), o Museu de História Natural (em Buenos Aires), o Museu Nacional de Bogotá (em Bogotá), todos criados nas duas primeiras décadas do século XIX.

A grande maioria dos museus brasileiros, no entanto, foi aberta a partir dos anos 30 e 40 do século XX. Poucos foram os que surgiram da iniciativa particular. O maior número foi criado pelo Estado.

O museu a serviç o das classes dominantes

Os museus, de forma geral, e em particular no caso brasileiro, têm uma prática que remonta o século XIX, calcada no ideal da burguesia, que efetivamente criou os museus. Assim, a visão européia puramente colonialista do século XIX criou e estabeleceu os museus por todo o mundo.

Foram os países europeus que impuseram aos não-europeus seu método de análise do fen meno e dos patrim nios culturais: obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus (BOHAN, 1979: 7).

Segundo Denise Grinspum (1991: 32), os museus da América e África do século XIX refletiam os ideais colonialistas impingidos pelas nações européias, espelhando a estrutura arquitet nica européia, de influência greco-romana, e utilizando-os com objetivos de serem representantes de caráter nacional.

A descolonização que se registrou mais tarde foi política, mas não cultural (...), ficando, portanto, os museus (...) enquanto instituição e enquanto método de conservação e comunicação do patrim nio cultural da humanidade, um fen meno europeu que se difundiu porque a Europa produziu a cultura dominante e os museus são uma das instituições derivadas dessa cultura (BOHAN, 1979: 8).

Ora, os museus do século XIX foram criados para suprir as necessidades, gostos e valores de uma classe social em uma determinada época. A sociedade evoluiu em seus mais

diversos aspectos. Cabe ao museu acompanhar essa evolução, essa modificação e se alterar para atender aos interesses de uma nova sociedade.

Para que possamos modificar a concepção atual de museu, precisamos ter como ponto de partida as necessidades de nossa sociedade, pois o museu só tem razão de existir se estiver a serviço de uma comunidade.

É comum vermos a afirmação de que os museus contribuem “direta ou indiretamente, no sentido de confirmar a ideologia das classes dominantes” (SANTOS, 1990:23). Por que isso ocorre? No caso do Brasil, os museus surgiram após a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808. Foram criados segundo os moldes europeus, reproduzindo a ideologia da classe dominante de então, “funcionando como depósitos de peças que satisfaziam a curiosidade de alguns poucos visitantes da classe letrada e a um reduzido número de pesquisadores, descomprometidos com as mudanças que já começavam a surgir na sociedade brasileira” (SANTOS, 1990:30). A maior parte da sociedade estava alijada no que se refere ao processo político, econômico e educacional.

Mesmo após o advento da República, os museus continuaram a adotar uma postura de dissociação com a sociedade como um todo. Só a partir dos anos 20, com a tentativa de implantação de uma nova mentalidade oriunda do movimento surgido com a Semana de Arte Moderna, essa tendência começou a mudar. Mário de Andrade, em 1936, apresenta um projeto em que se denota claramente uma visão de discutir a forma como vinha ocorrendo a seleção da nossa produção cultural. As suas propostas, no entanto, foram deixadas de lado. Continuamos a ter uma política de preservação dos traços culturais da classe dominante. As manifestações populares continuaram sendo esquecidas e ignoradas.

Importante se faz ressaltar que, nessa fase, o movimento escolanovista, liderado por Anísio Teixeira, começa a se preocupar com a instituição museu, e tenta dar a esta instituição uma nova dimensão, o sentido pedagógico. “Propunham a utilização dos acervos dessas instituições como recurso didático, dando sugestões de atividades práticas a serem desenvolvidas, mas que não chegaram a ser efetivadas de forma sistemática e incorporadas às atividades técnicas de rotina dos museus” (SANTOS, 1990: 34).

Apesar dessa primeira tentativa de se utilizar o museu como recurso didático, os nossos museus continuaram sendo meio armazéns, depósitos de curiosidades, perpetuadores de uma cultura ideologizada, comprometida totalmente com os interesses das classes dominantes.

Essa visão de museu se firmou com o passar dos anos, chegando ao ápice após a implantação do golpe militar de 64. Nunca se abriram tantos museus quanto nesse período. Surgem numerosos memoriais, cultuando-se o herói e o personalismo, bem de acordo com os princípios do regime militar no poder, que tinha por excelência a prática de evitar o questionamento, a crítica, a reflexão.

Aos museus é dado apoio e incentivo, pois estas instituições permaneciam no cenário nacional como meros espaços destinados a guardar objetos produzidos por determina-

dos segmentos da sociedade, apresentando em suas exposições uma mensagem de conteúdo pouco questionador, que se esgotava na análise do passado e no objeto por si só (SANTOS, 1990: 37).

Com isso, o grupo dominante buscava garantir o exercício da hegemonia, o que veio a se efetivar. É a partir dessa hegemonia que um grupo elabora uma proposta de desenvolvimento econômico, social, cultural, político, moral. Para tal, não só se utiliza do museu, mas também da escola, da igreja, da televisão, do rádio, do jornal, que serão instrumentos para difusão de “idéias, crenças e valores que garantem a manutenção da ordem social, pela adesão das consciências individuais às verdades formuladas pelos grupos detentores do poder” (RODRIGUES, 1991: 18).

Sem dúvida, a falta de política definida, a ausência de uma filosofia clara e de uma metodologia sistematizada nas ações desenvolvidas pelos técnicos de museus no Brasil têm tornado possível à ideologia da classe dominante se fazer tão presente, enquanto que os interesses da grande maioria de nossa sociedade não são sequer levados em conta. As ações isoladas e esparsas que tentam realizar experiências transformadoras pouco ou quase nada têm contribuído para que este quadro seja revertido. Se fizermos uma analogia das práticas pedagógicas inadequadas utilizadas pelos museus e pelas escolas, ao longo de nossa história, veremos que estas instituições vêm formando indivíduos pouco criativos, incapazes de produzir, observar, concluir, a partir de uma análise crítica. É preciso que tenhamos uma nova política de coleta de acervos, que se deixe de privilegiar determinados segmentos da sociedade em detrimento de outros, que deixemos de fazer uma abordagem puramente factual nas exposições, que se rompa com o culto ao herói, à personalidade.

Precisamos fazer com que o conteúdo dos museus seja inteligível para toda a sociedade e não apenas para uns poucos privilegiados, como ocorre nos dias de hoje. É preciso que entendamos as diferenciações culturais, econômicas, sociais, entre os componentes de uma sociedade e até mesmo de sociedades diferentes, como por exemplo, uma urbana e outra rural. É preciso conhecer as necessidades culturais de uma comunidade, para podermos planejar as ações dos museus. Não podemos esquecer, no entanto, que não basta apenas conhecer uma realidade e começar planejar programas que consideramos incontestáveis como se fôssemos donos da verdade. Não podemos elaborar programas partindo de nossa lógica, como se pudéssemos definir o que a sociedade quer. Podemos, e devemos, orientar, sugerir, para que a discussão seja levada ao grupo, que definirá então o que deseja e precisa.

Repensando a prática

Com a transformação rápida por que passaram o mundo e a sociedade, sobretudo a partir do século XX, surgiu a preocupação quanto ao papel representado pelos museus na sociedade. Ao crescer a reflexão sobre o papel que os museus representavam, inicia-se uma

discussão quanto ao questionamento da função do museu. Nessas reflexões, chegou-se a se perceber que o museu não podia continuar a desempenhar o mesmo papel que exercia quando de sua criação, ou seja, o de atender unicamente aos interesses da classe dominante.

Com o questionamento do papel dos museus junto à sociedade, ganha importância a utilização das coleções das instituições museológicas para fins educativos.

Nos Estados Unidos da América do Norte e na Europa, na década de 30 do século XX, surge a preocupação quanto a se realizarem investigações e experiências no sentido de dar ao museu um papel e função, centrando-se quase exclusivamente em sua dimensão pedagógica. Aqui no Brasil, no entanto, continuávamos a engatinhar neste sentido. Percebe-se, no entanto, já nessa época, a tentativa de jogar por terra a “velha concepção de que museu é uma casa velha, cheia de relíquias, quinquilharias, objetos antigos, dispostos de forma a aguçar a curiosidade e o deleite de pessoas, algo morto, estático, inanimado” (FRANCO, 1990: 18).

Apesar de as instituições museológicas iniciarem no século XX uma tentativa de romper com o tradicionalismo e o conservadorismo, observa-se que, desde a sua criação, algumas unidades museológicas já ofereciam atividades criativas para o público antes dessa época. É o caso do “Metropolitan Museum” de New York que, em 1872, oferecia palestras para adultos. Em 1876, o “Fine Arts Museum” de Boston já transformara salas vazias em classes para adultos e, em 1911, o “Victoria and Albert Museum” já tinha um serviço de visita guiada (GRINSPUM, 1991: 22). No entanto, tais experiências eram exceções. No contexto geral prevalecia o museu apenas expositor de suas coleções.

No entanto, é incontestável que foi a partir do século XX que museus tentaram reverter este quadro. Começa-se a debater por superar conceitos novecentistas que os condenaram a ser um templo sacrossanto e abstrato de cultura, um ser inútil numa época eminentemente prática.

Apesar da preocupação em reformular a concepção da instituição, ainda hoje percebemos um predomínio nos museus em ver o público como um ser passivo, que contempla objetos expostos, mas incapaz de interagir com o que vê. É preciso que o objeto do museu passe a ser “entendido não mais como uma peça que necessita ser conservada, classificada, tombada e exposta, apenas pela necessidade de preservação e divulgação, mas também pela necessidade de estabelecer relações dialógicas entre o museu, o objeto e o público” (GRINSPUM, 1991:58).

Um dos primeiros serviços que os museus ofereceram ao público foi o serviço de visitas guiadas, criado no “Victoria and Albert Museum”, o Museu Britânico de Londres, como já dissemos. Nele, o guia, através de linguagem discursiva, informava ao visitante aquilo que “serve”, sem direito a questionamento ou participação. O público é um mero espectador passivo. É a prática “bancária” de educação, em que educar é o fato de depositar, de transferir, transmitir valores e conhecimentos dos que sabem aos que não sabem (...), em que a

única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receber depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, apud GRINSPUM, 1991: 61).

No Brasil, quer por falta de uma política definida ou por falta de uma filosofia, os museus não vêm desempenhando a função social que deveriam cumprir. São instituições anacrônicas, conservadoras. É verdade que a partir, sobretudo, dos anos 50 do século XX, começou-se a rever o papel social dos museus, procurando-se iniciar ações que garantissem reformulá-los. Para tal, precisamos instalar um trabalho sistemático de educação, em que se pergunta: “Por onde começar, se as necessidades são tantas? A quem se dirigir? Que programas são relevantes para a comunidade a que se dirige? Que objetivos devem ser alcançados?” (GRINSPUM, 1991: 65). Talvez, se conseguirmos responder a estas questões, teremos dado um passo importante para atribuir aos museus uma nova função, e conseguir ainda a sua aproximação da comunidade.

Uma das formas de se tentar romper com a estrutura e a visão que hoje a população tem de museu seria implementar um forte esquema de museu voltado para o público escolar. Para tanto, precisaríamos desenvolver “uma política educacional formal que vincule os museus aos currículos escolares” (GRINSPUM, 1991: 66) e liquidarmos definitivamente com a prática usual de escolas de levarem os seus alunos ao museu para realizarem passeios (em outros lugares poderiam fazer o mesmo) ou de museus que convidam escolares, pelo simples fato de necessitarem aumentar suas estatísticas de visitação.

Os primeiros museus do Brasil foram criados com o objetivo do “culto da saudade”, representando, como diz Myriam Sepúlveda dos Santos, “a busca de uma tradição nacional através de objetos que, por serem fragmentos do passado, funcionavam como símbolos dos ‘heróis’ de uma elite dirigente” (1989: 23). Havia a busca do passado, mas no que se referia aos atos notáveis, como se a história fosse obra de determinados personagens, heróis, e não feita por uma coletividade. Recuperavam-se assim os momentos mais “significativos” da História, momentos esses definidos pela ótica e valores da classe dominante. A memória ficava assim restrita à lembrança de uma elite sobre o seu passado.

Convém ainda lembrar que os museus do século XIX e até mesmo dessa época do século XX estavam exclusivamente preocupados em expor. O público era seletivo, restrito, não havendo nenhuma preocupação em se atender a uma camada maior da população.

A partir do período pós-guerra, na década de 50 do século XX, cresce a demanda social pelo museu e assume sentido, ganha força a idéia de dinamizá-lo, reformulando-o.

Já nessa época, havia preocupação em se reformular a atuação do museu. Questionava-se o atendimento a um público restrito com o qual o diálogo do museu era possível. Precisava-se, e ainda hoje precisamos trabalhar, não para uma clientela determinada, mas para toda sociedade.

Os museus da atualidade têm muito caminho a trilhar. A grande maioria continua inoperante para a sociedade. Continua tão antiga como os que foram criados no século XIX, e precisa e deve rever a sua atuação. Não há como negar que

O antigo museu, com mostruários reunindo objetos díspares, ao qual se poderia denominar, apropriadamente, 'museu-bazar', está hoje fora de moda (...). Essa idéia teve de ceder terreno ao critério de que o museu deve responder às necessidades dos visitantes e conhecedores, isto é, ser um instrumento não só de acúmulo e preservação de um patrimônio espiritual, mas também o instrumento de ciência, deleite e educação do grande público (SODRÉ, apud SANTOS).

Assim, a partir dessa época, não resta opção aos museus que não seja a reformulação no sentido de acompanhar a evolução por que passaram o mundo e a sociedade. Para tal, como diz Vera Alencar, os museus "devem ser pensados como organismos que possuem um papel de primeira e verdadeira importância para a sociedade que os cria e os mantém" (ALENCAR, 1987: 4).

O museu como espaço transformador

Vimos que no Brasil, de modo particular, tem-se adotado uma política conservadora, restritiva e inibidora da capacidade criativa dos visitantes. É claro que, embora em pequena proporção, algumas instituições e profissionais têm procurado modificar esta situação.

Será possível utilizar a instituição museu como espaço transformador? Por que será que esta instituição tem um caráter tão elitista?

Para que se consiga modificar a postura que os museus ainda hoje adotam, é necessário trilhar por caminhos tortuosos, mas não impossíveis. Como diz Aurora Leon, devemos viabilizar a comunicação entre os objetos e o espectador, o público deve ser um elemento participativo e assim teremos um museu vivo, um centro de vida e de liberdade (1975: 52).

Leon diz ainda que foi através do colecionismo que a classe dominante passou a impor juízos estéticos e a manipular a criação artística, exercendo assim uma influência totalizadora na história da cultura. A classe dominante sempre marginalizou a cultura popular, supervalorizando os bens que correspondem aos seus anseios e gostos. Os museus, como reflexo disto, procuraram sempre preservar o que foi produzido ou consumido pela classe dominante. Não podemos esquecer que o colecionismo (que deu origem aos museus) tem uma preferência ideológica, sendo portanto intencional.

A concepção do museu enquanto espaço transformador tem como base a idéia da socialização do conhecimento e da cultura. Não se concebe mais museu como algo inacessível à população como um todo. A sociedade de hoje exige seus direitos, é crítica e deseja de participação ativa. Assim, os museus devem ter preocupação para que a seleção da produção cultural de nossa sociedade leve também em consideração os anseios das classes desfavorecidas.

Temos de entender, de uma vez por todas, que o público elitizado que visitava museu no século XIX ficou para trás. Hoje, cada vez mais, há uma constante necessidade de

absorver um maior número de pessoas participantes e interessadas nos fenômenos culturais, daí ser função do museu chegar a um maior contingente de pessoas (LEON, 1975: 67).

Será a ideologia implementada que levará o museu a ser considerado inativo, morto, ou dinâmico e crítico. Cumpre, portanto, definir programas a serem desenvolvidos que permitam a consecução da segunda opção. Uma das metas claras é a abolição das fronteiras sociais, o livre e voluntário acesso de toda sociedade ao museu.

O museu, como já vimos, só tem razão de existir quando desempenha um papel de utilidade para a comunidade, sendo esse envolvimento com a comunidade condição *sine qua non* para o seu funcionamento. É preciso conhecer detalhadamente a comunidade que o circunda, entender sua problemática, para então se desenvolverem ações que tenham a ver com a sua realidade. Quando mais próximo do público, mais o museu estará perto de sua integração com a comunidade.

Convém ressaltar que não basta apenas conhecermos a realidade de uma comunidade e passarmos a criar ações de acordo com este conhecimento. Precisamos trabalhar em conjunto com esta comunidade. Não somos donos da verdade, e as ações não são desenvolvidas para os técnicos e sim para a comunidade, cabendo a ela, portanto, participar efetivamente do processo.

Para se atingir um maior número de público, é necessário se oferecer um museu didático, de leitura acessível a todos, pois devemos levar em consideração a heterogeneidade do nível cultural do público que afluí ao museu.

Para transformarmos o museu, precisamos mudar a visão que se passa para o visitante em relação ao objeto. Este deve deixar de ser exposto com o objetivo de impressionar, de se mistificar. Quanto maior a mistificação, menos tornaremos o acesso cultural acessível. Outro fator importante é evitar a grandiloquência de seu espaço físico. O tamanho e a forma do museu, podem, às vezes, ser um elemento agressor a uma comunidade. Precisamos engajar a comunidade ao museu, envolvendo-a de alguma forma, para que essa se interesse em participar da vida do museu.

O trabalho com crianças pode contribuir substancialmente para chegarmos ao museu transformador, uma vez que se busque desenvolver na criança o sentido crítico, a inteligência, a capacidade criativa, bem como o interesse pelo museu de forma natural e incorporada à sua existência cotidiana (LEON, 1975:310).

É preciso que façamos o público se sentir parte do processo, da vida do museu. As idéias devem ser essenciais e acessíveis a todos, adaptando-se a um nível médio de conhecimentos. É preciso socializar o homem, influenciando-o de forma que ele, ao sair do museu, possa seguir atuando com a liberdade e o conhecimento de si mesmo e da coletividade para o desenvolvimento de sua sensibilidade.

Só o humanismo social e a conscientização da cultura poderão capacitar o homem para a liberdade e para a sua própria realização (LEON, 1975: 311-12).

Para que o museu possa ser utilizado por todos, exige-se uma planificação estatal em um sistema de educação que possibilite, que assegure igualmente a acessibilidade coletiva de concessão da cultura, estabelecendo planos de estudos em que a capacidade intelectual, crítica, criativa e a sensibilidade possam ser desenvolvidas por todos e ativadas no museu como centro eminentemente educativo e pedagógico (LEON, 1975:329).

Para ser transformador, compete ao museu possibilitar à sociedade entender e valorizar o seu patrimônio cultural e artístico. Assim, promoveremos o desenvolvimento social, conseguiremos tornar possível à formação de uma consciência histórica a idéia de que “o povo que não preza as suas raízes desenraiza-se no tempo e no espaço e é presa fácil de sistemas de poder alienantes e de exploradores” (LUCENA, 1984:8). O povo precisa ser conscientizado de que é herdeiro de um patrimônio cultural.

Podemos, ainda, através do museu como espaço transformador, romper com o processo alienante, comumente utilizado pelos países do chamado “Primeiro Mundo” em relação aos países dependentes, não permitindo que aqueles desestremam nossas raízes, impondo-nos sua língua e idéias, para que esqueçamos nossa cultura, nossas lutas sociais, sofrimentos e reivindicações (LUCENA, 1984:7-8). Aliás, é bom lembrar que é exatamente este papel que executa a classe dominante que se apropria do museu, em detrimento da grande maioria da população, os oprimidos.

Por fim, podemos ainda levar o museu a ser um espaço transformador, se conseguirmos urgentemente garantir a igualdade de oportunidades, em que todos possam se utilizar desta instituição para obter a aprendizagem e não atender apenas a uns poucos privilegiados. Obviamente, só conseguiremos isto se estabelecermos programas de acordo com os interesses da comunidade como um todo. Assim, conseguiremos ampliar o raio de atuação do museu, estimulando uma participação ampliada e o entrosamento dessa instituição com a comunidade. Quando se tenta impor significado a quem não o conhece não se consegue a legitimação. “Não adianta dizer que isto é bonito, é importante, é valioso, quando não há identificação social e cultural do indivíduo com aquilo que o museu impõe como valor” (ALENCAR, 1987:39). Somente garantindo a legitimação é que conseguiremos promover o entrosamento da comunidade com o museu.

Conclusão

Vimos que o museu, desde sua criação até o presente, foi lentamente se modificando, objetivando atender às necessidades de uma nova sociedade que o obriga a se reestruturar. Se o percurso trilhado foi significativo, muito temos que caminhar. É preciso que se pense no museu como patrimônio de uma coletividade, que o cria e o mantém. A razão de sua existência é a sociedade como um todo e não apenas parte desta.

São as ações, os programas que o museu desenvolve junto e para a sociedade que podem fazê-lo uma instituição dinâmica, viva. É através destas atividades que se pode atin-

gir uma participação efetiva, um engajamento da sociedade em relação ao museu. Ao desenvolver ações, devemos ter por objetivo possibilitar aumentar os conhecimentos e desenvolver a sensibilidade crítica e analítica de quem recebe estas programações.

As ações devem ser elaboradas em conjunto por técnicos e por quem vai recebê-las, devendo ser programadas de acordo com os interesses de quem vai recebê-las. Obviamente, para se propor algo, é preciso ter um grande conhecimento do grupo com o qual se está trabalhando.

Executar trabalhos com crianças facilita em muito a possibilidade de se mudar a velha concepção de museu. Se estas conhecerem uma instituição atuante, dinâmica, certamente se engajarão, entenderão a sua verdadeira importância e passarão essa visão aos seus descendentes.

Compete ao museu educar, desempenhando um papel modificador e não confirmador do que hoje está estabelecido. Para tal, é preciso que se conheça a realidade presente. Conhecer, como diz Piaget, é estruturar, é explicar, porém a partir do vivido. Daí ser de fundamental importância a realização da experiência da participação no museu. Aprende-se melhor através da experiência, da participação, da estimulação e da motivação.

Tal como Piaget via a educação, enxergamos o museu como um elemento que:

Possibilite criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram, homens que sejam criativos, inventores e descobridores. Formar mentes que possam ser críticas, possam verificar, e não aceitar tudo quanto lhes é oferecido (RICHMOND, 1975: 153).

Referências bibliográficas

ALENCAR, Vera Mar a Abreu de. *Museu – educação: se faz caminho ao andar*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado) Departamento de Educação da PUC/ Rio de Janeiro, 1987.

BARROSO, Gustavo. *Introdução à técnica de museu*. 2 ed. Rio de Janeiro: Olímpia, 1951.

BOGUS, Ricardo Nogueira. *Projeto para o museu das ferrovias de São Paulo*. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

BOHAN, Hughés de Varine. *Entrevista – Os museus no mundo*. São Paulo: Salvat Edit, 1979.

CORRADI, Aldi. Para que servem os museus. *A Gazeta*. Vitória, 13 ago. 1986, Caderno Dois, p. 1.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Uma reflexão sobre o papel educativo dos museus. *Revista de História*. Vitória: Departamento de História, n. 1. pp. 17-18, 1990.

GRINSPUM, Denise. *Discussão de uma política educacional de divisão educativo-cultural do museu Lasar Segall*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, 1991.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação patrimonial, in: *Uso educacional de museus e monumentos*. Museu Imperial (Fundação Nacional Pró-Memória) MEC. Petrópolis: 1983.

LEON, Aurora. *El museo: teoria, praxis y utopia*. Madrid: Catedra, 1978.

LUCENA, Célia Toledo. *Bairro do Bexiga: a sobrevivência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

OS MUSEUS no mundo. Rio de Janeiro. Salvat Edit. 1979.

RICHMOND, Peter Graham. *Piaget: teoria e prática*. São Paulo: IBRASA, 1975.

RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da escola a escola necessária*. 5. ed., São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, Maria Célia F. Moura. *Museu escola: Uma experiência de integração*. Salvador: UFBA, 1981. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, 1981.

_____. *Museu, educação e comunidade: uma integração necessária*. Brasília: Sistema Nacional de Museus Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. *Repensando a ação cultural e educativa dos museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1990.

SANTOS, Myriam Sepúlvida dos. *História, tempo e memória: um estudo sobre museus*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia): Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1989.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VALLADARES, José. *Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos*. Salvador: [s.n.], [1911].